

REVISTA

VIA SPIRITUS

O ETERNO NO TEMPO.
MEMÓRIA E CONSTRUÇÃO
DE IDENTIDADES NAS PRÁTICAS
DE ESCRITA DAS ORDENS RELIGIOSAS

N.º23'2016



CITCEM

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso

DIREÇÃO | Zulmira C. SANTOS (FLUP/CITCEM); José Adriano Freitas
de CARVALHO (FLUP/CITCEM); Maria Idalina Resina RODRIGUES (FLUL/CITCEM);

CONSELHO DE REDAÇÃO | Isabel MORUJÃO (FLUP/CITCEM); José Adriano Freitas
de CARVALHO (FLUP/CITCEM); Luís de Sá FARDILHA (FLUP/CITCEM);
Pedro Vilas Boas TAVARES (FLUP/CITCEM); Zulmira C. SANTOS (FLUP/CITCEM)

COMISSÃO CIENTÍFICA | Felice ACCROCCA (Pontificia Università Gregoriana, Roma);
José Adriano Freitas de CARVALHO (FLUP); Maria Idalina Resina RODRIGUES (FLUL);
Maria Lucília G. PIRES (FLUL); Pedro M. CÁTEDRA (Facultad Filología – Universidad de
Salamanca); Roberto RUSCONI (Università Roma Tre); Victor INFANTES (Facultad Filología –
Universidad Complutense de Madrid)

CONSELHO CONSULTIVO | Bernard DOMPNIER (Université Blaise Pascal Clermont-Ferrand);
Gabriella ZARRI (Università degli Studi di Firenze); José Adriano Freitas de CARVALHO (FLUP);
Maria de Lurdes C. FERNANDES (FLUP); Pedro M. CÁTEDRA (Facultad Filología –
Universidad de Salamanca); Roberto RUSCONI (Università Roma Tre);
Stefano ANDRETTA (Università Roma Tre); Victor INFANTES (Facultad Filología –
Universidad Complutense de Madrid)

COORDENAÇÃO | Zulmira C. SANTOS (FLUP/CITCEM)

SECRETARIADO | Paula Almeida (FLUP/CITCEM)

EDIÇÃO | CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»
Faculdade de Letras da Universidade do Porto | Via Panorâmica, s/n | 4150 -564 Porto (Portugal)
email: citcem@letras.up.pt

n.º 23 | ano 2016

Periodicidade: Anual | tiragem: 300 exemplares

Depósito Legal n.º 85227/94

ISSN: 0873-1233-23

Design: HLDDESIGN.pt

Impressão e acabamento: Sersilto - Empresa Gráfica, Lda

Os números desta revista são monográficos.

Esta publicação está sujeita a peer-review.

Versão digital: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04/id1146&sum=sim>

Revista indexada em : DOAJ, Latindex, Fonte Académica;

Esta publicação respeita os critérios da política de livre acesso à informação.

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do
COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por
fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.

LEHNER, Ulrich L. – *The Catholic Enlightenment: The Forgotten History of a Global Movement*. Oxford: Oxford University Press, 2016, ISBN 978-0-19-023291-7, 272 pp.

Em *The Catholic Enlightenment: The Forgotten History of a Global Movement*, Ulrich L. Lehner, professor de história religiosa na Marquette University (EUA), questiona a ideia, que ainda persiste na historiografia, de que as ideias do Iluminismo eram incompatíveis com o Catolicismo. Ao longo dos vários capítulos que compõem a obra, o autor refere que vários foram os pensadores católicos iluministas, e lembra que vários iluministas eram católicos. Ou seja, Iluminismo e Catolicismo (ou qualquer religião) não eram necessariamente antagônicos, ao contrário da tese defendida por Peter Gay, cujo livro publicado em 1966 influenciou significativamente as análises posteriores sobre o Iluminismo. Um Iluminismo que Jonathan Israel denominou de “radical”, em que não havia lugar para a religião, sinónimo de superstição. Além do mais, de modo a reforçar a ideia de que o espírito de reforma e modernidade não surgiram no seio da Igreja Católica no século XVIII, Lehner dá grande destaque à Reforma Católica que se seguiu ao Concílio de Trento, insistindo, ao mesmo tempo, que um pensamento católico reformador e modernizador não apareceu como novidade com o Concílio do Vaticano II. Se é verdade que a relação entre Catolicismo e a construção da modernidade não é um tópico novo na historiografia, sobretudo na que se dedica ao período pós-tridentino (veja-se, por exemplo, os trabalhos de P. Prodi), certo é que os estudiosos do Iluminismo têm tido maior dificuldade em ver no Catolicismo qualquer contributo “moderno”. Em suma, Lehner procura colocar em causa a ideia enraizada sobre as origens seculares da modernidade, demonstrando como a realidade era mais complexa do que a simples oposição entre conservadorismo e progresso, modernidade e tradição.

O autor não deixa de reconhecer, porém, a existência de um debate entre os pensadores católicos. Ou seja, nem todos partilhavam das mesmas ideias “modernas”, e nem sempre eram estas que acabavam por prevalecer na Igreja como um todo. Mas qual era então a agenda dos “Iluministas Católicos”? Lehner responde logo na introdução: utilizar os mais recentes contributos da filosofia e da ciência para defender os principais dogmas do catolicismo, explicando-os através de uma nova linguagem, e reconciliar o catolicismo com a cultura moderna. O que unia os diferentes pensadores católicos “iluministas” era o facto de todos acreditarem na necessidade do catolicismo se modernizar para poder responder de forma eficaz aos argumentos dos iluministas anticlericais. Todos concordavam que a escolástica aristotélica já não poderia ser a base fundamental da teologia (pp. 7-8). Além do mais, também combatiam a superstição, o fanatismo e o preconceito (no sentido de ideias não fundamentadas na razão, o que impedia o progresso) (p. 9-10). O papado não escapou

a críticas, sendo proposta uma reforma da Igreja, considerada demasiado hierarquizada e centrada em Roma (p. 10). Tal reforma devia passar pela realização regular de concílios e por uma cooperação intensa das igrejas “locais” com os governantes “iluminados”, mesmo que em oposição ao papado (pp. 10-11).

O livro está organizado por linhas temáticas. Ao longo de sete capítulos (além da introdução e da conclusão) trata de assuntos como a tolerância religiosa, os direitos das mulheres, o catolicismo no contexto de culturas não-europeias, as concepções de santidade ou a escravatura. No primeiro capítulo, intitulado “Catholic enlighteners around the globe”, aborda diversos temas relacionados com reforma da Igreja, tais como o debate sobre o celibato dos sacerdotes ou formas de governo, dedicando entradas específicas à Igreja Católica na França, Espanha, Portugal e Itália. No segundo capítulo, “The Catholic learning curve. Toleration and tolerance”, concluiu que os avanços em direcção a uma “tolerância civil” de outros credos, a que se assistiu em alguns territórios da Europa Católica, foram conseguidos contra a vontade de papas e bispos. As questões de género são abordadas no terceiro capítulo, “Feminism, freedom, faith”. Catholic women and the enlightenment”. Aqui têm destaque pensadores como o beneditino espanhol Benito Feijoo, autor de “Defensa de las mujeres” (1726), mas também mulheres como as italianas Laura Bassi e Maria Agnesi, além da francesa Jeanne-Marie Leprince de Beaumont. Trazendo para o debate um tema ainda pouco explorado, como o das “mulheres católicas iluministas”, afirma mesmo que “female proto-feminists were leading the way in claiming equal rights, especially in the area of education” (p. 102). O mundo não-europeu surge de forma evidente no quarto capítulo - “Catholic Enlightenment in the Americas, China, and India” -, sublinhando as influências do “iluminismo católico” nas colónias europeias em diversas partes do globo, evitando assim a visão demasiado eurocêntrica que tem prevalecido na historiografia sobre o Iluminismo. Por exemplo, a propósito de uma revolta ocorrida em Goa em 1787, afirma que o clero católico, “motivated by European Enlightenment ideas and the American revolution, began to openly criticize the exclusion of native clergy from high-ranking administrative functions” (p. 124). No quinto capítulo - “Devils, demons, and the divine in the Catholic Enlightenment” - explica como o “iluminismo católico” não só lutou contra a superstição, dando continuidade à renovação da liturgia que vinha desde a Reforma Tridentina, como procurou compatibilizar a crença nos elementos sobrenaturais da fé cristã com a ciência e filosofia modernas. No sexto capítulo - “Saints and sinners” - centra-se nos santos canonizados no século XVIII e no seu significado enquanto modelos de “heroic virtues”. No último capítulo - “Slaves, servants, and savages. Slavery in catholic countries” - analisa a posição ambígua da Igreja Católica perante a escravidão, não deixando também de lembrar que a generalidade dos iluministas “were content with a moral disapproval of slavery but passive when it came to actual help” (p. 205). A história do “catolicismo iluminado”

contada por Lehner termina com a Revolução Francesa. Na conclusão o autor explica como os “iluministas católicos moderados” se viram numa delicada situação, entre um papado conservador e uma revolução anti-religiosa.

Apesar de no título o autor propor uma história global do “catolicismo iluminado”, a verdade é que a maior parte da atenção é dada à Europa, o que até não surpreende, já que o Iluminismo foi um movimento que surgiu na Europa e aqui se desenvolveu. Seja como for, ao longo dos vários capítulos, Lehner não se fica pela França e Alemanha, casos que conhece melhor, incluindo na análise as regiões do centro e sul da Europa (Portugal, Espanha, Itália, Polónia-Lituânia...). A exceção é o capítulo 4, onde trata sobretudo do Catolicismo nas Américas, China e Índia. A conclusão é reveladora do destaque dado à Europa, em particular à França. Tal não retira mérito a essa reflexão final, já que o Iluminismo “radical” francês é aquele que está mais presente na historiografia e que mais continua a influenciar a ideia que ele procurou combater neste livro, ou seja, que Iluminismo e Catolicismo não foram necessariamente incompatíveis.

Ao longo do livro o autor apresenta algumas conclusões ou interpretações que podem suscitar dúvidas, até porque, tratando-se de uma obra de síntese, por vezes fica-se com a sensação de que a bibliografia que a sustenta é lacunar. Exemplo mais óbvio para um leitor português é o da literatura referente a Portugal. Certamente porque o autor não lê na nossa língua, baseou-se sobretudo em três trabalhos publicados em inglês: o livro de Samuel J. Miller, um texto de Evergton Sales de Souza e um outro de António José Saraiva sobre os cristãos-novos. Por outro lado, tal deve também alertar-nos para a necessidade de os historiadores portugueses e brasileiros publicarem mais em inglês sobre o tema, de forma a podermos participar no debate historiográfico (mas esta é uma questão que ultrapassa o âmbito desta recensão). Seja como for, mesmo que ao longo da obra, por esse carácter de síntese, muitas questões só sejam superficialmente abordadas, há que sublinhar o mérito de o autor nos chamar a atenção para elas, sem deixar de propor novas hipóteses e interpretações.

O facto de Lehner frequentemente recuar ao século XVI e ao Concílio de Trento para explicar que o movimento de reforma da Igreja é bem anterior ao século XVIII, pode, em certa medida, ter fragilizado os seus argumentos. “Iluminismo” e “reforma” não são sinónimos, como por vezes parece sugerir, pelo que muitos dos seus exemplos de ideias reformistas não são necessariamente exemplos de ideias iluministas. Os debates e propostas relativamente à reforma da Igreja são, aliás, anteriores a Trento e ao século XVI, pelo que, assim sendo, o que era, afinal, o “Iluminismo Católico” e o que distinguia os seus pensadores dos seus predecessores? Finalmente, o facto de insistir na precocidade de muitas das ideias de pensadores reformadores católicos do século XVIII, que só seriam implementadas no século XX, pode fazer com que alguns leitores olhem para esta como sendo uma obra “apaixonada” e parcial. Eu diria apenas que para poder fazer valer o seu argumento eram desnecessárias

essas referências à Igreja do século XX.

Em suma, o livro em apreciação tem grande o mérito de trazer para o debate historiográfico um tema que não tem merecido grande atenção – o do pensamento católico da idade das Luzes. Além do mais, nos diversos capítulos o autor lança várias questões que merecem futura investigação e desenvolvimento, como é o caso dos discursos católicos em torno da escravatura e do abolicionismo, o papel da mulher na sociedade ou até mesmo as canonizações que ocorreram no século XVIII.

Hugo Ribeiro da Silva
(CEHR-UCP; CHAM-UNL/UAç)